

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Lueci da Silva Silveira

**Noções de educação quilombola e reconstrução da identidade quilombola
na Comunidade do Areal, entre a década de 1980 até os dias atuais**

Porto Alegre

2015

Lueci da Silva Silveira

**Noções de educação quilombola e reconstrução da identidade quilombola
na Comunidade do Areal, entre a década de 1980 até os dias atuais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora: Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Porto Alegre

2015

Luci da Silva Silveira

**Noções de educação quilombola e reconstrução da identidade quilombola
na Comunidade do Areal, entre a década de 1980 até os dias atuais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História pelo Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Conceito: A

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2015.

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues – Orientadora

Profa. Dra. Carla Beatriz Meinerz – Banca Examinadora

Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber – Banca Examinadora

Ao meu pai (in memoriam).

Vinte e um anos de saudades!

À minha mãe, sempre companheira e zelosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Mara Cristina de Matos Rodrigues pela orientação, dedicação e sugestões destinadas para este estudo.

Aos professores Alessandro Mario Kerber, do Departamento de História, e professora Carla Beatriz Meinerz, do Departamento de Ensino e Currículo, por aceitarem o convite para composição da Banca Examinadora.

Aos meus colegas, amigos e companheiros de militância estudantil da Universidade pelo auxílio, companheirismo e ensinamentos. Aos meus amigos do Curso de História, sendo alguns deles: a Bárbara, Lucas, Liana, Mariana, Ana Paula, Rafael Dall’Agnol e Davi... Me desculpe, sei que esqueci alguém. Todos foram importantes, principalmente, a barra 11 diurno.

Ao local onde trabalhei, à Escola de Educação Profissional SEG, pela flexibilidade de horários, o que me possibilitou cursar todas as disciplinas obrigatórias do Curso de História, bem como agradeço aos meus colegas e amigos deste local de trabalho pelo apoio. À professora Doris Almeida, minha orientadora da Bolsa de Iniciação Científica, pelo aprendizado, dicas, recomendações e sugestões para o desenvolvimento de uma boa pesquisa.

Aos meus amigos e amigas do Colégio Estadual Barbosa Rodrigues de Gravataí, à turma da “listinha”, meus eternos amigos, pelo apoio sempre constante, apesar da distância.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que como instituição pública de ensino, ainda carece de mais recursos para um ensino público de qualidade. Sendo assim, a luta por uma universidade pública de qualidade continuará sempre. Ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social pelos cursos de extensão que contribuíram para minha formação. À Faculdade de Educação, pelas disciplinas de Estágio em Docência, que me proporcionaram aprendizado, convívio com a diversidade e com diferentes experiências sociais. Gratidão à professora Carla Beatriz Meinerz, por qual nutro uma imensa admiração, por tudo.

*“Dia vinte de novembro,
Entre mensagens do Palmar,
Tambores de orgulho e brio
Conclamando a lutar.”
(Oliveira Silveira)*

RESUMO

Este trabalho aborda como as relações entre uma educação quilombola, em suas dimensões formais e não-formais, contribuem para a reconfiguração das representações sobre identidade negra no Quilombo do Areal da Baronesa, como destaque, o período entre a década dos anos 1980 até os dias atuais. O Quilombo do Areal está localizado no Município de Porto Alegre/RS e era uma área pertencente à Baronesa do Gravataí, tendo uma significação ligada aos pequenos lugarejos separados dos centros urbanos na Porto Alegre do final do século XIX. Pensando nisso, este estudo está fundamentado na metodologia de História Oral, tendo os relatos orais dos moradores do Quilombo do Areal como fonte para desenvolvimento desta pesquisa. Muitas comunidades buscam na história de lutas e sofrimentos, a construção de sua memória na procura por aspectos comum ao grupo, e isso vai ser apresentado e analisado a partir de seus relatos. Como uma educação voltada para uma comunidade quilombola se desenvolve quando a riqueza de conteúdos referente à cultura afro-brasileira se ausenta dos currículos escolares e como isso contribui para as dificuldades de construção da identidade negra? Somando-se a esse questionamento, ao mesmo tempo, se vê que enquanto o ambiente formal de educação ainda está percorrendo uma caminhada até que realmente se efetive programas, bem como diretrizes voltadas para a educação quilombola. Por outro lado, notou-se a presença de outros elementos que contribuíram para que a comunidade quilombola pudesse fazer parte de práticas educativas que se estabeleceram através de uma educação não-formal, que deixaram marcas, muitas delas presentes nas narrativas de seus moradores. Concluiu-se que, para além das necessidades de escolarização, há a necessidade da consolidação de uma memória comunitária, distinta de outras comunidades, e que requer, portanto, um tipo de educação diferenciada, que contribua para o reforço dos laços identitários e das lutas pelos direitos daqueles cidadãos.

Palavras-chave: Educação quilombola. Identidade negra. Representações. Educação. Memória. Areal da Baronesa.

ABSTRACT

This work approaches how the relations between a quilombola education, in its formal and non-formal dimensions, contribute for the reconfiguration of representations about the black identity at Quilombo Areal da Baronesa, as detach, the period between the decade in the years 1980 until the current days. The Quilombo do Areal is located in Porto Alegre County in Rio Grande do Sul and it was a belonging area to Gravataí's Baroness, having a signification related to small villages separated from the urban centers in Porto Alegre in the end of XIX century. Thinking about it, this study is based in Oral History, having oral reports from residents in Quilombo do Areal as source for developing of this research. Many communities search in fight and suffering history, the construction of its memory in the demands for common aspects to the group, and this will be presented and analyzed after their reports. How an education back to a community quilombola develops itself when a wealth of contents on the afro-brazilian culture is absent from the school curricula and how this contributes for the difficulties in the construction of the black identity? Adding to this questioning, in the same time, it is seen while the formal environment of education still is covering to a walk until it is really realized programs, as well implemented policies back to the quilombola education. For other side, it was noticed the presence of other elements that contributed for the quilombola community could make part of educational practices that were stablished through the non-formal education, that let its marks, many of them present in the narratives of its residents. It was concluded that, beyond the schooling need, there is the need of consolidation of a communitarian memory, distinct of other communities, and this requires, however, a type of differentiated education, that contributes for the reinforcement of the identity bonds and its fight for the right of those citizens.

Keywords: Quilombola education. Black identity. Representations. Education. Memory. Areal da Baronesa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	UMA RUA ESTREITA CHAMADA AREAL DA BARONESA.....	18
2.1	AS MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	21
2.2	AS MEMÓRIAS PARA “ALÉM DO SAMBA”.....	29
3	MUSEU A CÉU ABERTO: EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE.....	33
4	CONCLUSÃO.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A- Questões para entrevista semi-estruturada	45
	APÊNDICE B- Diário de Campo.....	46

1 INTRODUÇÃO

O conceito de memória é de extrema importância quando se relaciona com a construção da identidade quilombola¹. De acordo com Le Goff (2003, p. 419) “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Então, é a partir dessas representações que uma comunidade constrói sua identidade baseado em uma memória coletiva, que por sua vez, atua na construção da história do grupo. Halbwachs (1990) quando faz a relação da memória coletiva e memória individual lembra que nossas impressões podem apoiar-se em nossas próprias lembranças, bem como nas lembranças dos outros, mas ao mesmo tempo coloca que os testemunhos podem até nos auxiliar.

Ao destacar que a construção da identidade é realizada com base em uma memória coletiva, como também na construção da história do grupo, procuramos associar aqui a compreensão das ideias que se tem sobre educação em uma comunidade quilombola. Chartier (2012), recomenda que se parta dos códigos, para apreender assim a diversidade de apropriações dos códigos. O mesmo autor desvia da atenção às hierarquias, para as relações, das posições para as representações. Com isso,

A resposta dos historiadores foi dupla. Puseram em prática uma estratégia de captação, colocando-se nas primeiras linhas desbravadas por outros. Daí a emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças, os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. – o que representava a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros (CHARTIER, 2002, p. 14).

O autor destaca o domínio de uma história sob designação de história das mentalidades, que se delimitava como um novo campo. A partir daqui poderiam ser experimentados tratamentos inéditos para uma análise. É importante que se saiba que a

¹ As comunidades remanescentes de quilombos possuem dimensões sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem. Nesse sentido, considera-se a necessidade de ressaltar e valorizar as especificidades de cada comunidade, quando do planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável das mesmas. Extraído de: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>>.

[...] história cultural tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Chartier (2002), então, coloca que as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Por isso, deve-se pensar que para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Para os propósitos deste trabalho também é necessário definir o que consideramos ser um quilombo. Desta maneira, podemos invocar a discussão realizada por Reis sobre o assunto. Da antropologia vieram elementos importantes para a redefinição da ideia de quilombo nos anos 1990. Embora muitos séculos tenham se passado, a ideia de quilombo ainda continua presente na sociedade brasileira, porém recontextualizada e com sentido novo. De acordo com O'Dwyer (1995 apud REIS, 2001, p. 144),

a discussão que norteia os novos significados de quilombo teve o seu início em outubro de 1994, em reunião realizada pelo grupo de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, quando foi elaborado um documento contendo posições sobre os diversos significados de quilombo. Conforme o documento, o termo 'quilombo' adquiriu novos significados na literatura e também para os grupos, indivíduos, associações, além de organizações. (O'DWYER, 1995 apud REIS, 2001, p. 144).

Esse documento era destinado ao Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares (órgão ligado ao Ministério da Cultura), pois estava em pauta a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal. Apesar das diversas discussões em busca de um novo conceito de quilombo, o que se percebe é que nenhum conceito fechado ficou determinado, pois, por ser um assunto polêmico, o debate deveria continuar. Dessa forma, o conceito de quilombo ainda continua em construção. Vale lembrar que quando falamos em quilombos devemos destacar que consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Quilombo, do quimbundo Kilombo com significado aderente à cidade, capital, povoação, aldeia – no Brasil colonial, na vigência do sistema escravista, adquiriu o conceito de aldeia habitada por negros ditos quilombolas que eram os escravos ou escravas nele refugiado. Quilombo, no período colonial, por extensão, podia servir de designação a uma região administrada por negros fugitivos. Tornaram-se comuns na vida colonial brasileira sendo o mais efetivo meio de opor-se à escravidão, e o Quilombo de Palmares, uma federação de quilombos, datado do século XVII e provavelmente o mais estudado e famoso, foi considerado o maior, mais importante e duradouro quilombo da América. (SOMMER, 2011, p. 80).

Uma parte considerável da literatura mostra que essa denominação designou as concentrações habitacionais dos escravos fugidos que procuravam assim constituir, no período, uma sociedade paralela à sociedade oficial constituindo uma cultura de resistência, o que se é destacado por muitas vezes. Quilombo era mais que uma simples tática de luta: era uma sociedade econômica, social e política organizada, à margem da sociedade escravista. Como destaca Maestri Filho (1979, p. 86 apud SOMMER, 2011, p. 82), o Quilombo “Exercia domínio sobre um determinado território e possuía uma economia bastante complexa – policultura, artesanato, trocas comerciais, etc”.

E, quando se faz a relação quilombo rural e urbano, precisamos entender que:

Esses territórios negros, longe de estarem isolados, se originam com frequência, da fragmentação e da expansão de um núcleo inicial, mantendo entre si relações estreitas de parentesco, alianças matrimoniais e uma rede intensa de solidariedade. Por outro lado, no âmbito dessa rede de relações entre grupos corporados de parentescos típicos do mundo rural, cada agrupamento cria e preserva toda uma rede de relações socioeconômicas densas com suas diásporas em áreas urbanas, sobretudo na capital, o que impede a redução de sua territorialidade ao espaço físico de suas atividades agropecuárias e de moradia. (ANJOS², 2003 apud BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 108).

Dessa forma, o mesmo autor coloca que assim foram surgindo os quilombos-esconderijos e, também, os quilombos abolicionistas, cujos integrantes negros estabeleciam vínculos sociais e econômicos com o meio urbano, e que originaram os morros, as favelas, os bairros e os quilombos urbanos, que em seu conjunto, continuam constituindo os “Territórios Negros Urbanos” (BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 108). No caso dos quilombos abolicionistas, os contatos com a sociedade eram tão essenciais, que eles já estavam

² Se trata do artigo de: ANJOS, José Carlos dos. Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: “Comunidades Remanescentes de Quilombos”. **Revista Estudos Cepe**: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC, Santa Cruz do Sul, n. 18, p. 27-42, jul./dez. 2003.

internalizados como parte do jogo político dos grupos sociais mais amplos de poder. Bittencourt Junior (2012, p. 109), coloca que:

Por outro lado, os quilombos urbanos sabiam tirar proveito da moderna rede de transportes que havia sido implantada, na metade do século XIX, bem como o negro sabia fazer uso de sua condição de escravo de ganho ou liberto, determinando uma ampla circularidade por meio da corporeidade negra.

O quilombo, hoje, não está isolado do restante da população e nem sempre a sua formação decorre de “insurreições ou rebelados” (REIS, 2001, 144). Um dos objetivos da formação de quilombos, na atualidade, é a luta ou a resistência procurando a manutenção da cultura.

Multiplicaram, assim, uma diversidade de raízes culturais, signos, memórias, objetos artísticos, valores éticos e estéticos, que denominamos, em sua gênese, dinâmica social e simbólica de cultura negra ou afro-brasileira. Esta cultura singular, rica e plena em sua diversidade cultural é preservada a partir de uma raiz seminal africana e, ao mesmo tempo, é notável em sua série de reinvenções moderno-contemporâneas que são dirigidas ao futuro em outros continentes. Ao mesmo tempo, conservam seus laços simbólicos, imemoriais e históricos de pertencimento à cultura negra brasileira, a qual, neste caso, também cessa de reinventar-se. (BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 102).

Essa perspectiva permite pôr em relevo a importância dos processos de construção da identidade, considerando as características peculiares a cada grupo.

De acordo com Reis (2001, p. 144-145, grifo nosso),

Por força do preconceito racial e social, os milhares de descendentes de quilombolas têm vivenciado, ao longo dos séculos, todo tipo de conflito na sociedade brasileira. Somente após cem anos da **abolição** da escravidão é que surgem, por exemplo, **os artigos 215 e 216 da Constituição**, que tratam de questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra, **elevando a terra dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional**. Esses artigos determinam a posse das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) tem hoje um importante papel na consolidação desses artigos, cabendo à instituição a tarefa de praticar e assinar atos necessários ao cumprimento do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que “[...] confere às Comunidades Remanescentes de Quilombos o direito ao Título de Domínio de posse das

terras que ocupam”, pelo que consta na Revista Palmares de 2000 (REIS, 2001, p. 145). O processo de titulação envolve identificação, estudo antropológico, delimitação topográfica, levantamento cartorial e demarcação. (REIS, 2001).

Muitas comunidades buscam na história de lutas e sofrimentos, a construção de sua memória procurando selecionar aspectos em comum ao grupo. Devemos ter em mente que essa noção de memória mesmo que se pareça particular, sempre é remetida a um grupo, mesmo que o sujeito carregue consigo essas lembranças, ela sempre estará apontada para algum contexto, algum grupo. Nesse caso, a memória está enraizada nesses contextos e a presença de diferentes participantes permite que haja uma transposição de memórias de sua natureza pessoal para que se converta em um conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, saindo de uma memória individual para uma memória coletiva. Uma comunidade quilombola compartilha dessas lembranças oriundas de uma memória coletiva e tomada como uma trajetória de todos e guardada na lembrança dos mais velhos.

Já com relação à educação quilombola³, dessa forma, e para fins desse estudo, não basta saber, ensinar, aprender. É preciso uma prática que não seja dissociada da teoria e na qual também sejam unificadas casa e escola, ensino e aprendizagem, palavra e ação, oralidade e escrita, memória e experiência, domínio e emancipação. Para Lopes (2012) os resultados demonstram que, no momento da escola ausente, os saberes da casa serviam como principal recurso para a aprendizagem.

Destaca-se que a discussão em torno da política de educação quilombola brasileira tem estado em diversos temas de pesquisa. Considera-se que o interesse pelo tema teve um

³ Para elevar a qualidade da educação oferecida às comunidades quilombolas, o Ministério da Educação oferece, anualmente, apoio financeiro aos sistemas de ensino. Os recursos são destinados para a formação continuada de professores para áreas remanescentes de quilombos, ampliação e melhoria da rede física escolar e produção e aquisição de material didático. Levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, aponta a existência de 1.209 comunidades remanescentes de quilombos certificadas e 143 áreas com terras já tituladas. Existem comunidades remanescentes de quilombos em quase todos os estados, exceto no Acre, Roraima e no Distrito Federal. Os que possuem o maior número de comunidades remanescentes de quilombos são Bahia (229), Maranhão (112), Minas Gerais (89) e Pará (81). Estudos realizados sobre a situação dessas localidades demonstram que as unidades educacionais estão longe das residências dos alunos e as condições de estrutura são precárias, geralmente construídas de palha ou de pau-a-pique. Há escassez de água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. De acordo com o Censo Escolar de 2007, o Brasil tem aproximadamente 151 mil alunos matriculados em 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Quase 75% destas matrículas estão concentradas na região Nordeste. A maioria dos professores não é capacitada adequadamente e o número é insuficiente para atender à demanda. Em muitos casos, uma professora ministra aulas para turmas multisseriadas. Poucas comunidades têm unidade educacional com o ensino fundamental completo. Para ler mais, acesse: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12396:educacao-quilombola-apresentacao&catid=321:educacao-quilombola&Itemid=684>.

aumento significativo após a criação do Programa Brasil Quilombola⁴ pelo Governo Federal, em 2004⁵. O Programa Brasil Quilombola reforça que a nacionalização da identidade é o modo pelo qual a identidade dos diferentes grupos sociais são territorializados, seja no acesso aos bens e serviços como a educação, onde as crianças negras tiveram acesso somente a partir de 1889. Lopes (2012), coloca que esse processo do Estado nação que passa pela identidade reforça aspectos da inclusão/exclusão que subjazem a história de um povo.

O critério fundante do Estado Brasileiro com base maior na exclusão tem sua origem em cima da escravidão africana como modo de produzir e construir econômica, social e politicamente o país. Posteriormente, toda essa lógica se ressignificou numa sociedade estratificada pela classe, raça, gênero e região. (LOPES, 2012, p. 79).

O mesmo autor ainda menciona Boaventura Sousa Santos, que ressalta como a ignorância fruto do colonialismo vai de encontro ao “ponto de saber” que é a solidariedade, tendo o conhecimento como emancipação. (SANTOS, 2004 apud LOPES, 2012, p. 81).

Embora Programas e Diretrizes⁶ existam voltados para a educação quilombola e visem o protagonismo dos quilombos nos processos de construção, fortalecendo suas organizações,

⁴ Há de se destacar o Programa Brasil Quilombola que reúne ações integradas entre diversos órgãos governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos. O objetivo do Programa Brasil Quilombola é transformar as condições de vida destas comunidades, conforme o previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais, bem como o previsto no Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do referido programa. Além das diretrizes, há um esforço do Ministério da Educação para através do PAR garantir que os sistemas de ensino (estaduais e municipais) incluam as escolas localizadas em Comunidades Remanescentes de Quilombos nas demandas relacionadas à infra-estrutura, formação de professores e aquisição de materiais didáticos específicos. Informação extraída de: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>>.

⁵ O primeiro movimento ocorreu nos anos de 1980, caracterizado pela luta em defesa da democratização da educação e do reconhecimento dos quilombos pelo Estado Brasileiro, através do artigo 68 da Constituição Federal. O segundo, nos anos 2000, quando o movimento negro organizado através de um trabalho militante, principalmente, das mulheres, exigiu um plano para operacionalizar as questões da educação anti-racista, que iriam se materializar nas Diretrizes Curriculares de Educação para a Diversidade Étnico-Racial (LOPES, 2012).

⁶ A Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 define as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que trata de organizar precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se da: memória coletiva, das línguas reminiscentes, dos marcos civilizatórios, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção de trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país e da territorialidade. Institui orientações para que os sistemas de ensino formulem projetos político-pedagógicos adequados à especificidade das vivências, realidades e história das comunidades quilombolas do país. A aprovação das diretrizes é resultado de trabalho que teve início em 2011, na Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE. A motivação, porém, é anterior. Em 2010, debates durante a Conferência Nacional de Educação (Conae) resultaram na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica. Isso significa que a regulamentação da educação escolar quilombola nos sistemas de ensino deve ser consolidada nacionalmente e seguir orientações curriculares gerais

sua cultura política e os direitos sociais, muitas vezes se percebe que nas escolas, até os dias atuais, pouco se discute a cultura negra, a não ser em datas comemorativas, quando os negros são abordados de forma a ilustrar aspectos de sua história por dramatizações em aparecem personagens escravos ou por meio da dança folclorizando a produção cultural da população negra. Mas infelizmente, ao terminarem essas comemorações, o negro sai de cena e volta a ocupar o seu lugar à margem dos acontecimentos. Imaginamos como seria a cultura negra abordada há dez anos, há vinte anos ou trinta anos atrás.

Como uma educação voltada para uma comunidade quilombola se desenvolve e se transforma, quando as riquezas de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira se ausentam dos currículos escolares e como isso contribui para as dificuldades de construção da identidade negra e sua emancipação, como já abordado por Boaventura Sousa Santos? Ao mesmo tempo, se vê que enquanto o ambiente formal de educação ainda esteja percorrendo uma caminhada até que realmente se efetive programas, bem como as diretrizes voltadas para a educação quilombola; por outro lado vemos a presença de outros elementos que favorecem que a comunidade quilombola possa fazer parte de práticas educativas que se estabeleceram através de uma educação não-formal, que deixaram marcas, muitas delas presentes em narrativas de seus moradores. Portanto, a partir dessas considerações, se formulou o seguinte problema: *como as relações entre uma educação quilombola, em suas dimensões formais e não-formais, contribuem para a reconfiguração das representações sobre identidade negra no Quilombo do Areal?*

Sendo assim, este trabalho de pesquisa *justifica-se* pela necessidade de se pesquisar sobre as representações de educação quilombola e identidade negra, tendo em vista ir além do que é prescrito por lei, pois ajuda a mostrar que não é apenas pela força da legislação que se constitui uma educação específica para o contexto quilombola. Vale destacar que para além das necessidades de escolarização, há a necessidade da consolidação de uma memória comunitária, distinta de outras comunidades, e que requer, portanto, um tipo de educação diferenciada, que contribua para o reforço dos laços identitários e das lutas pelos direitos daqueles cidadãos. Além disso, se têm como objetivos de pesquisa identificar quais as representações construídas e partilhadas sobre educação na comunidade quilombola e quais elementos contribuiriam para fortalecer os laços identitários na comunidade quilombola. Considera-se o processo educacional e as formas pelas quais ele foi pensando e projetado pela comunidade como fundamental para a consolidação dos laços que unem essas comunidades.

Com isso, através das narrativas, os mais velhos destacaram elementos que estiveram relacionados com alguma prática educativa voltada para a comunidade. Foram informações que foram se cruzando e neste cruzamento de informações as décadas dos anos 1980 e 1990 foram os períodos evocados em suas lembranças. Mais recentemente, coube à iniciativa do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, onde o Quilombo do Areal está incluído como percurso, reavivar o resgate da identidade, da cultura e da necessidade de darmos mais visibilidade à presença negra na vida e a construção da capital gaúcha. Esta ação esteve focada na formação dos jovens do Areal da Baronesa como oficinairos, com aulas de Artes e História. Com todos estes elementos, a delimitação deste período histórico será examinado entre a década de 1980 até os dias atuais, com base em fontes orais.

Percebe-se que é através da oralidade que a memória é constituída e vale destacar que a memória é especial a um grupo porque está relacionada à construção de sua identidade. Dessa forma, a metodologia será fundamentada por meio de depoimentos orais dos sujeitos que vivem junto a esta comunidade, tendo em vista a carência de documentos escritos que permitam compreender este assunto. Estiveram entre os entrevistados⁷ deste trabalho sujeitos que são fundamentais para o fortalecimento das redes de sociabilidades da Comunidade. São elas: três idosas e um casal que compõe, respectivamente, a Presidência e a Diretoria Geral da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal. Além disso, foi possível estar presente em uma festa de comemoração do Dia das Crianças da Associação (APÊNDICE B)⁸, onde se observou os arranjos de organização do evento e se conversou com três meninas adolescentes: E.X.R., J.E.A. e M.L.C. que participaram do Curso de Formação de Jovens Monitores de Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, realizado em 2014, com a finalidade de uma releitura artística das obras de arte públicas, que potencializaram uma apropriação do conhecimento sobre as marcas de presença negra em Porto Alegre. As três

⁷ Os depoentes serão identificados através da inicial de seus nomes. As três idosas serão denominadas como: S.X. (69 anos), E.S. (70 anos) e G.F. (60 anos); os integrantes da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal serão denominados como: A.R. e F.X e, por último, as três jovens adolescentes serão denominadas como: E.X.R, J.E.A e M.L.C. Este procedimento será adotado em todas citações. As entrevistas foram realizadas nos dias: 16/09/2015 e 17/10/2015.

⁸ Refere-se a um Diário de Campo que vai descrever resumidamente o evento deste dia na Comunidade do Areal da Baronesa, em: 11/10/2015. Neste mesmo dia, pude conversar rapidamente com as três jovens adolescentes que participar do Curso de Formação de Oficinairos do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre. Este Diário resumido foi pensado dentro do contexto de um estudo da prática escolar cotidiana, tendo em suas dimensões uma investigação dos fatores socioculturais mais amplos que afetam a dinâmica escolar, análises de interação, uma abordagem antropológica, além disso, é esperado que o observador busque descrever a situação, compreendê-la e revelar os seus múltiplos significados, deixando que o leitor decida se as interpretações podem ou não ser generalizáveis, com base na sua sustentação teórica e sua plausibilidade. (ANDRÉ, 2008). Foi com base, exatamente, em analisar as interações sociais e fatores socioculturais da atividade que envolvia a Festa do Dia das Crianças que este roteiro foi planejado.

idosas: S.X., E.S. e G.F. sempre estão envolvidas na organização atividades na Associação, como cursos de culinária, além de realizarem encontros com a Editora da ULBRA, para trabalhar na produção de livro de receitas culinárias. O casal, composto por A.R. e F.X., fazem parte da gestão da Associação Comunitária, o A.R. como Presidente e a F.X. como Secretária Geral. E todos foram convidados a darem seu depoimento justamente pra falarem do que lembram sobre sua educação escolarizada e outras experiências educativas do campo não-formal.

2 UMA RUA ESTREITA CHAMADA AREAL DA BARONESA

Neste primeiro capítulo iremos apresentar o Quilombo do Areal, local onde foi realizado a pesquisa. Foco de muitos estudos, retratados em teses e dissertações, até mesmo com a problemática relacionada à educação, aqui nesse primeiro instante, abordaremos o Quilombo em sua representatividade histórica dentro do contexto de um local com as marcas de presença negra. Em Porto Alegre, a partir da segunda metade do século XIX, o maior contingente de negros se encontrava nas cercanias da cidade, no Areal da Baronesa, na Cidade Baixa, nas imediações da atual Lima e Silva e na chamada Colônia Africana, nos atuais bairros Bom Fim, Mont’Serrat e Rio Branco.

Assim, a Colônia Africana, o Areal da Baronesa, a Ilhota e Cabo Rocha, são exemplos de territórios negros urbanos submetidos à prática da descaracterização, além de outros territórios nômades de ocupação efêmera na cidade como a Esquina do Zaire. [...] A Cidade Baixa abrigou as ruas pertencentes ao Areal da Baronesa e a Ilhota. Estes dois territórios eram próximos geograficamente e mantinham uma série de redes de sociabilidades entre seus habitantes, sendo difícil estabelecer corretamente suas fronteiras. (SOMMER, 2011, p. 98-99).

Antigamente, o Areal tinha uma significação ligada aos “pequenos lugarejos” separados dos centros urbanos, indicando, na Porto Alegre do final do século XIX, as regiões próximas do núcleo central (SOMMER, 2011, p. 100). O Areal da Baronesa era uma área pertencente à Baronesa do Gravataí e teve o nome acrescido de areal pela grande quantidade de areia que o fluxo do Riacho, responsável pelos constantes alagamentos da área, depositava nas proximidades da sua foz com o Guaíba. Sommer (2011, p. 100), destaca que:

[...] o acesso à Ilhota somente era possível através das pontes, precariamente construídas por seus habitantes. Nos anos 30 e 40, a Ilhota esteve associada, no imaginário social porto-alegrense, ao carnaval popular, ao samba e ao batuque.

Vale destacar, que as áreas negras da Cidade Baixa desapareceram da geografia urbana “em razão da canalização do Arroio Dilúvio e do parcelamento do solo, com venda de lotes, em 1879” (SOMMER, 2011, p, 101). Muitas famílias acabaram por serem removidas para bairros mais periféricos da cidade e o local perdeu inteiramente suas características depois da

execução do Projeto Renascença que resultou na abertura da Av. Érico Veríssimo, precedida de desapropriações na antiga Ilhota.

O Quilombo do Areal, mais conhecido como Areal da Baronesa, está localizado na Av. Luis Guaranha, Bairro Menino Deus, região central de Porto Alegre/RS. Como F.X. diz, em uma de suas falas: “Alguns consideram como Bairro Menino Deus, outros como Bairro Cidade Baixa, depende de como a pessoa se localiza”. No Areal, a população é composta de maioria pobre e afro-descendente, que,

[...] resgatando sua trajetória histórica e seus mitos de origem, há alguns anos se auto-reconheceu como Comunidade Remanescente de Quilombos junto à Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Esses moradores alegam que a região que habitam, anteriormente denominada Areal da Baronesa, abrigava grande número de descendentes de escravos, tendo sido paulatinamente descaracterizada durante o século XX. Assim, reivindicam-se como reminiscência viva deste antigo território negro, onde eram abundantes os cortiços e avenidas, de que restam poucos exemplos atualmente. (MARQUES, 2006, p. 9).

Dessa forma, a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal são denominações que se referem ao mesmo local. Mas é nítido nas falas quanto à larga diferença entre elas, principalmente, no que se refere ao tratamento simbólico que se confere ao lugar. Quase não falam em Guaranha quando se referem ao local.

De acordo com o Projeto Quilombo do Areal, chamado “Memória e Patrimônios pela Coordenação da Memória Cultural e pelo Projeto Descentralização da Cultura, da Secretaria Municipal da Cultura”, esta comunidade se reconhece como legatária do Areal da Baronesa, antigo território negro de Porto Alegre, um tanto famoso por sua trajetória histórica ligada ao início da cidade, agregando uma das primeiras ruas de Porto Alegre, também por suas casas de religião, pelo carnaval de rua, por seus músicos populares (MARQUES, 2006). Um território, marcado como território negro, que foi completamente descaracterizado, como mencionado anteriormente, ao longo do século XX, em virtude de grandes reformas urbanas.

Como no título acima, o Quilombo ocupa um beco, a que chamam de avenida, uma pequena rua com casas geminadas. Destaco aqui, as sociabilidades de rua e as relações de auxílio que ocorrem mutuamente, se caracterizando como um modo de vida, que é um dos elementos centrais na identidade dessa comunidade.

Os territórios quilombolas rurais e urbanos têm em comum histórias de tradição, de estigmatização, de marginalização e exclusão social, mas, também, múltiplos vínculos com a herança africana e são unificados por

territórios, de modo diferente em cada quilombo, por meio dos quais garantem a reprodução sociocultural, consolidam a **identidade negra**, preservam as áreas sagradas e o cemitério; respeitam as águas, a flora e a fauna; mantêm as relações intersubjetivas e a coesão dos grupos de parentesco, as festas e rituais religiosos; preservam patrimônio imaterial e material onde ficam as roças e as ervas. (BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 109, grifo nosso).

Vale lembrar, que assim como no passado, privado da liberdade, estes espaços designavam os lugares sociais de exclusão, da mesma forma, o negro, vivenciando os valores afro-brasileiros em comunidade, também soube construir, com sua história e patrimônio cultural o que se tem conhecido como territórios negros afirmativos. Vê-se que estes territórios são construídos e vivenciados por meio da diversidade de percursos, com os quais os negros traçam limites, especificam variados lugares mediados pela ação de corpos orientados pela memória coletiva e por diversas culturas singulares africanas ou brasileiras, e também, com influência desta e de outras matrizes culturais. Para Sodré⁹ (1988 apud BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 109),

[...] a ideia de território coloca de fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente.

Destacando que, resguardadas as proporções, as motivações e as especificidades sociais, os segmentos da população negra de Porto Alegre, seja no período da escravidão, seja no período pós-abolição, estabeleceram variadas e complexas relações e amplas redes de socialização. Os cativos e negros livres foram articulando modelos novos de resistência, de forma a estabelecer processos de quilombamento urbano, em geral caracterizados por uma multiplicidade de territórios negros.

Os negros agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, bem como seus movimentos estiveram sempre vinculados às experiências e às tradições históricas particulares e originais. Nos cenários destas lógicas estava o desejo de liberdade, de cidadania, de retomada dos valores de sua africanidade e de humanização. (BITTENCOURT JUNIOR, 2012, p. 111).

⁹ Se trata da obra: SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Ressalto aqui que, em Porto Alegre, a Família Silva¹⁰ foi a primeira comunidade negra constituída em quilombo urbano a se auto-reconhecer, e no dia 25 de setembro de 2009, a comunidade recebeu do Incra o título do território, que passou a ser considerado o primeiro Quilombo Urbano do Brasil a receber o título definitivo de suas terras. Para Bittencourt Junior (2012), a cidade de Porto Alegre possibilitava o refúgio para escravos fugidos ou a possibilidade de viverem sobre si, por meio do trabalho, conquistando um protagonismo urbano e, assim, auferindo autonomia social e política. Nesse sentido, por essas razões, encontram-se as principais referências aos quilombos urbanos, como as seguintes comunidades quilombolas: Alpes, Serraria, Família Fidélix, Família Silva e Areal da Baronesa. Ressalta-se aqui, que em 11 de julho de 2015¹¹, o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, entregou o Areal da Baronesa à comunidade quilombola.

2.1 AS MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Gomes (2008), menciona que os educadores devem atentar para a diferença entre os chamados “ambientes escolares” e os “ambientes não escolares”. A autora menciona esta distinção, de olharmos mais profundamente para o contexto sociocultural destes últimos, onde se situam as formas e as maneiras culturais do cidadão afrodescendente se constituir humanamente como negro, na sua relação com outros espaços sociais e com grupos étnico-

¹⁰ Ver em: Família Silva: primeiro quilombo urbano regularizado no Brasil. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/157143>>. Acesso em: 3 out. 2015.

¹¹ A depoente G.F., uma das mais antigas moradoras do Areal da Baronesa, é a prova da importância de ter a área onde viveram seus antepassados reconhecida e protegida por Lei. Foi ela que iniciou o processo para ter a titulação do local como terras oriundas de quilombos. Nesta data, ela viu o Prefeito José Fortunati sancionar a Lei que faz esse reconhecimento e ao mesmo tempo doar a propriedade, agora com o título de “Área Especial de Interesse Cultural à Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2015, on-line). A doação da área em favor da Associação representativa da Comunidade do Quilombo do Areal foi feita na forma do Decreto Federal nº 4887/2003. O reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo foi aferido em processo de identificação e delimitação, conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Aspectos que foram objeto de estudo sócio-antropológico realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontram-se nos autos do processo administrativo, tanto no Incra, como do Município. O processo de identificação e delimitação teve início no Incra em março de 2005, sendo que seu resultado foi comunicado ao município em agosto de 2013, quando iniciou-se o procedimento interno para dar cumprimento à norma constitucional. A remessa à prefeitura decorreu do fato de que a área em questão era de sua propriedade. A doação e seu posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis transferirão definitivamente a propriedade à comunidade quilombola. Informações disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdh/default.php?p_noticia=179058&PREFEITURA+ENTREGA+AREAL+DA+BARONESA+A+COMUNIDADE+QUILOMBOLA>. Acesso em 14 nov. 2015.

raciais não negros. A autora destaca, que nestes ambientes não escolares e de caráter étnico-racial afrodescendente, os professores podem reconhecer as características da identidade negra e de seus respectivos valores históricos socioculturais, cuja variedade de dados pode ser inserida em seus procedimentos didático-pedagógicos.

Inicia-se aqui com uma imagem certamente familiar a muitas pessoas, como Alberti (2004, p. 13) destaca, “[...] se quiséssemos fazer um filme reproduzindo passo a passo nossa vida, tal qual ela foi, sem deixar de lado os detalhes, gastaríamos ainda uma vida inteira para assisti-lo: repetir-se-iam, na tela, os anos, os dias, as horas de nossa vida”. O que a autora nos diz é que é impossível assistir o que se passou, seguindo a continuidade do vivido, dos eventos e das emoções. O que deve valer para nossas vidas vale de certa forma para o passado de uma forma mais geral. É impossível, como ela mesma afirma, reproduzi-lo em todos os seus meandros e acontecimentos, os mais banais, tal qual realmente se passaram. Deve-se lembrar que a história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: ou seja, selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que já se passou.

Eu de pai de mãe e de vó, eu vim pra cá com 7 anos, estou com 69, o que eu lembro, não de escolaridade, de colégio, mas o que eles passaram pra mim foi lava uma roupa bem lavada, foi cozinhar, limpar uma casa, essas coisas que eu lembre eles passaram pra mim. [...] eu frequentava o Emílio Massot, ele era, ele incendiou, aqui na André Belo a primeira rua de esquina com a Getúlio, então incendiou o prédio depois que eles foram pra lá, eu estudei no Emílio, mas só isso aí. (Entrevista – S.X., 2015).

A primeira lembrança que a senhora S.X. destaca é a de lhe instruírem para as organizar as atividades domésticas. O cozinhar, o limpar a casa, não foram apenas atividades repassadas à dona S.X.. As outras duas idosas também mencionam que essas funções foram as primeiras ensinadas pelos seus pais. Inclusive, há um momento em que todas começam a rir. É o momento em que dona S.X. (entrevista, 2015), fala: “exatamente, me lembro muito bem, muito bem do prato branco (risos)”. Ela explica que “era uma travessa muito bonita, branca, que ali era feito o peixe que minha mãe e minha vó faziam”.

Dona S.X. continua aos risos, mostrando como lembrar disso tem todo um tom especial, uma boa lembrança. Alberti (2004, p. 14) menciona que, muitas vezes, uma entrevista traz toda “[...] uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos”. A mesma autora ainda ressalta das possibilidades das entrevistas aparecem “[...] recheadas com

ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2004, p. 14).

A depoente E.S. relembra o período de chegada ao Areal da Baronesa e nos relata as lembranças de sua vida escolar. Ela cursou até a quinta série, pois logo teve que trabalhar para ajudar nas despesas da casa.

Eu tenho 60 vou fazer 61 em novembro. [...] Eu vim pra cá não me lembro a data, mas eu me lembro do meu filho está com 44 agora, ele tinha uns 9, 10 anos e a minha amiga Marlene me convidou pra fazer uma peça, pra mim não pagar mais aluguel a gente se conhecia no bairro. Eu sou pelotense. Aí é que eu vim para Guaranha eu fiz supletivo aqui no Cândido Portinari meu tempo de colégio em Pelotas é até quinta série depois fazia admissão ao ginásio aí na admissão ao ginásio eu não passei, aí depois a minha mãe me pôs a trabalhar, aí eu comecei a trabalhar em casa de família. Eu fiz até a oitava eu tava com 40 e poucos anos a provinha que fiquei na quinta série aí se sexta sétima e oitava. É, no meu tempo não tinha sexta série, era admissão ao ginásio. No meu tempo também é a minha mãe fez também mas ela era de Encruzilhada do Sul eu estudei na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas que era lá no Navegantes depois ele foi para a Restinga (Entrevista – E.S., 2015).

Ainda perguntei à dona E.S. se ela cursou algum supletivo posteriormente, mas ela disse: “Eu fiz até a oitava série. Eu estava com 40 e poucos anos e a provinha que fiz foi da 5ª série, 6ª série 7ª série e 8ª série”. É interessante destacar que o supletivo, atual Educação Jovens e Adultos (EJA), está entre as etapas e modalidades compreendidas pela Educação Básica, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a Educação Básica. Mesmo que as Diretrizes não estejam sendo implementadas de fato, nelas estão as orientações básicas que visam o atendimento das “populações rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 3).

Já a senhora G.F. recorda da data de falecimento de sua filha para tentar lembrar há quantos anos reside na comunidade aproximadamente.

Muito mais a minha finada filha tinha 15 anos, 13 quando eu vim pra cá, faleceu com 25, faz 18 anos que ela faleceu, eu vim pra cá ela tinha 13 anos, ela faleceu com 25, faz 18 anos que ela faleceu. (Entrevista - G.F., 2005).

Torna-se interessante reconhecer que, em meio a tudo isso, há as pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem e isso contribui para o impulso de se poder refazer aquele filme, de reviver o passado, através de suas experiências. A depoente G.F., já

mencionada na seção anterior, fala um pouco sobre a história do Quilombo do Areal, e de como ela foi importante por ter iniciado o processo para obter a titulação do local onde moram. Essa iniciativa da mesma, como ela afirma, deve-se a um incentivo que partiu da professora e escritora Maria Helena Vargas da Silveira, que no início dos anos 1990 realizou um projeto na comunidade que os motivava, principalmente, a se empoderar de informações e levar em conta que a denominação de quilombo é prévia ao reconhecimento. No próximo subcapítulo falaremos mais de Maria Helena Vargas da Silveira.

Outro ponto importante a respeito dos relatos orais que podemos observar em Fernandez, Vilarino e Gomes (2002) são as outras possibilidades para o ensino de História com base nesta história oral. Ao se falar em História Oral, um número destacável de dúvidas e possibilidades se abrem.

Além disso, a História Oral propicia, quando criteriosamente utilizada, que o sujeito reflita sobre a sua especificidade histórica como algo amalgamado ao lugar em que vive. A partir, pois, de um entendimento mais profundo e extenso da realidade particular de cada um e daquilo que, imediatamente, cerca o indivíduo é que se forjam laços mais estreitos com contextos mais amplos. (FERNANDEZ; VILARINO; GOMES, 2002, p. 242).

É como se fosse cantar, exaltar, contar sua origem. E se fazendo tudo isso, se torna universal. Os autores colocam que em um primeiro momento a História Oral age em um processo colaborando para que se confira importância ao sujeito que não foi agraciado pela história oficial. Ainda segundo estes autores, a História Oral acaba rompendo obrigatoriamente com “os confortáveis gabinetes”, onde se imagina um processo histórico a partir de lugares seguros. E é isto que se pensa para o desenvolvimento desta pesquisa. A História Oral acaba atingindo lugares antes não tão oficiais, daqueles que muitas vezes são considerados “invisíveis”, para que esta história também seja contada, explorada e seja universal. Os que vivem no Quilombo do Areal da Baronesa se reconhecem como remanescentes de quilombo, sabem a importância de sua história dentro do Município. Vale ressaltar que o Areal foi reduto do carnaval de rua de Porto Alegre entre as décadas de 1920 e 1950, mas com o surgimento das escolas de samba, o festejo dos bairros diminuiu.¹²

¹² A.R., presidente da Associação Comunitária e Cultural do Quilombo do Areal, conta que a comunidade tem procurado saber mais sobre a história que os liga ao futuro território quilombola. “Alguns jovens querem saber mais sobre nossa história. Nós temos casas de religião afro aqui, temos um grupo de capoeira. Estamos procurando resgatar nossas raízes para as nossas crianças entenderem”. Uma das iniciativas mais recentes é a escola de samba mirim do Areal da Baronesa, que tem marcado presença na atual onda de reerguimento do Carnaval de rua em Porto Alegre. (parte do texto da reportagem do jornal Sul21, intitulada: *Areal da Baronesa está perto de se tornar território quilombola*, de 19/07/2013).

Surge em um momento da entrevista a questão: e antes de 1990, houve algum projeto voltado à educação na comunidade? A resposta veio logo através de dona S.X.:

Antes, minha querida, no nosso tempo, nós tinha o nosso clube de mães da Igreja do Pão dos Pobres [...] Tinha catequese, catequese para as crianças, a gente ia no médico levar a receita pra dar os remédios, faziam a missa campal, nós fazíamos comida para as crianças né, te lembra os panelões, lembra né, acolchoados que, a gente fazia isso. (Entrevista- S.X., 2015).

Foi questionado se era preciso que elas fossem até à Igreja do Pão dos Pobres, localizada na Rua da República, Bairro Cidade Baixa, mas elas disseram que não. A igreja ficava ali mesmo, na Av. Luis Guaranha, “Era uma casa de três pisos, de tijolinho à vista” (Entrevista- S.X., 2015). A “igrejinha”, como elas mencionam, fazia parte de uma parceria de parte dos moradores da comunidade com o Pão dos Pobres¹³. O Clube de Mães foi denominado como Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, e sua fundação é pertencente à década de 1980. “Nós fundamos o Clube de Mães em 1984, na década de 80” (Entrevista- S.X., 2015).

E aí, em 84, esse grupo de idosos da Igreja Pão dos Pobres veio aqui fazer um trabalho na comunidade. E aí, as mães aqui foram, formaram um grupo de mães, um Clube de Mães. Onde elas tinham uma casa que a gente chamava de igreja, que parecia uma igreja assim, aonde tinham aquelas carteiras [...] que a gente nem vê mais de madeira [...] e ali elas se reuniam pra apresentar, pra aprender artesanato [...] elas se reuniam pra fazer culinária [...]. E a gente ficava ali pra aprender, vinham as senhoras, ensinavam tricô, alfabetização. (Entrevista- F.X., 2015).

A integrante da diretoria da Associação Comunitária, F.X., recorda que este projeto do Pão dos Pobres era uma parceria dos Vicentinos com o Clube de Mães. Foi perguntado se não teria algum documento, como atas das reuniões com detalhes deste projeto, mas a busca foi sem sucesso. Porque a igreja já não está mais ali na Avenida. “Eu não sei se tem alguma

¹³ A Fundação Pão dos Pobres atua desde 1895, e com a ajuda de doações, trabalha na construção de um projeto de vida para as crianças e os jovens, a maioria em situação de vulnerabilidade social, pobreza ou violação de direitos. Através de cursos profissionalizantes, oficinas e acolhimento, o Pão dos Pobres forma cidadãos preparados para buscar o seu espaço na sociedade e ajudar a desenvolvê-la. Entre os projetos, estão os que trabalham com a prevenção de ocorrências como exclusão social, violência doméstica, trabalho infantil e uso de drogas. Atualmente a instituição acolhe 80 crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, em 4 unidades de Acolhimento Institucional. A Fundação oferece proteção integral e atenção básica, constituída de moradia, vestuário, alimentação, educação, saúde e uma convivência comunitária saudável. O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo oferece cursos profissionalizantes, apoio e acompanhamento aos egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul/RS. A Fundação está localizada na Rua da República, nº 801, Bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. Informações disponíveis em: <<http://www.paodospobres.org.br/site/>>. Acesso em 21 nov. 2015.

coisa na história ali... Delas (as mais idosas) eu sei que não tem nenhum registro escrito, de nada disso. Não sei se da parte do Pão dos Pobres poderá ter” (Entrevista- F.X., 2015).

Dessa forma, fui em busca de mais informações. Os depoentes A.R. e F.X. me recomendaram a ida na Paróquia Santo Antônio, que está lado a lado com o Pão dos Pobres. Primeiramente, fiz um cadastro na página da Paróquia na internet com os termos no campo pesquisa: Quilombo, projeto, Areal da Baronesa e ano de 1984. Procurei listar todos os anos da década de 1980, mas mesmo assim, não obtive sucesso. Compareci à Fundação do Pão dos Pobres e na Paróquia Santo Antônio. Perguntei a respeito deste Projeto, sem sucesso novamente, mas a secretária me informou que entraria em contato com alguns dos vicentinos que participavam de atividades naquela época. Ficaram meus dados de contato e, quando ela conseguisse contatá-los, entraria em contato comigo novamente. Infelizmente, não foi possível o acesso a nenhuma fonte escrita¹⁴ relacionada aos projetos dos vicentinos com o Quilombo do Areal da Baronesa, correspondente à década de 1980.

Bah, a gente estudava. Naquelas carteiras escolar a gente tinha aula de reforço com as senhoras, a gente tinha aula de tricô e crochê, eu aprendi a fazer tricô e a fazer crochê ali, né. Tinham as festas, no calendário, festa de Natal, Festa do Dia das Crianças, de São João. (Entrevista- F.X., 2015).

Por isso, a necessidade de valorizar ainda mais os relatos orais obtidos das pessoas que estiveram mais envolvidas com este projeto, tanto de F.X. e A.R. ainda crianças, como das idosas, envolvidas nos cursos de culinária e tricô. As atividades vinham sempre encabeçadas pela Fundação, tanto voltadas para as mães do Clube, quanto para seus filhos. A entrevistada F.X. (2015) ainda recorda, que:

Elas organizavam e a gente participava. Mas como as mães não tinham onde deixar a gente, a gente ficava ali fazendo o lanche. A casa era grande, elas faziam as atividades delas e tinha sempre alguém pra cuidar da gente, né, porque todo mundo era pequeno. E era muito bacana. Era um tempo... Bah! Era um tempo bom.

Pelo relato da F.X. (2015) percebemos como a mesma aproveitou cada momento das atividades realizadas, tanto pelas aulas de reforço, pelas brincadeiras, pelos lanches, enquanto

¹⁴ Como uma última tentativa, participei do lançamento do livro “Pão dos Pobres de Santo Antônio: uma história de 120 anos”, durante a 61ª Feira do Livro de Porto Alegre, dia 03 de novembro de 2015. Algumas pessoas que realizavam trabalho há mais tempo na Fundação como voluntários estavam presentes, mas não recordaram deste projeto em parceria com o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida. Mas uma das assistentes presente destacou que, possivelmente, muitos dos idosos voluntários que trabalhavam com esse tipo de projeto há mais tempo pudessem ter falecido.

sua mãe e as outras demais ficavam fazendo outros cursos. E foi, certamente, a lembrança relacionada à educação que ela lembra com mais carinho, que não foi realizada em um ambiente formal.

Pode ser a busca de uma outra dimensão educacional, que se diferencia sem a preocupação de negar a educação formal. A educação não-formal não tem, necessariamente, uma relação direta e de dependência com a educação formal. É um acontecimento que tem origem em diferentes preocupações e busca considerar contribuições vindas de experiências que não são priorizadas na educação formal. (GARCIA, 2005, p. 27).

Percebe-se a preocupação nesta pesquisa em amadurecer a ideia de desenvolver o modo de tecer a história, levando em conta se trabalhar com a memória coletiva fundamentada em relatos individuais, pois “[...] diga-se de passagem que a memória ou as lembranças se armazenam através de um apanhado seletivo e, por esta razão, são parciais” (FERNANDEZ; VILARINO; GOMES, 2002, p. 245). Por isso, a importância de se poder coletar depoimentos de mais de uma pessoa. Em suma, o resultado de uma entrevista é entendida como uma manifestação oral das vivências acumuladas, e também contribui para uma aproximação do pesquisador com a comunidade.

Pollak (1992) utiliza-se de outra expressão que pode muito bem contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele usa a expressão “vestígios datados da memória”, isto é, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Para ele, a memória é seletiva, nem tudo fica gravado ou registrado. Ressalta-se que a memória pode sofrer flutuações em função do momento em que ela é articulada. Destaca também que a memória é um fenômeno construído e os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. Algo muito importante para este trabalho e que podemos apropriar deste artigo do Pollak: quando se trata de memória herdada, pode-se dizer que há uma ligação fenomenológica estreita entre memória e sentimento de identidade.

Segundo Pollak (1992), na construção da identidade há três elementos essenciais:

- a) A unidade física: fronteiras físicas; o corpo da pessoa ou fronteiras de pertencimento ao grupo;
- b) A continuidade dentro do tempo: no sentido físico, mas também no moral e psicológico;
- c) O sentimento de coerência: sentimento de que os diferentes elementos que formam o indivíduo são unificados.

Portanto, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, lembrando que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros.

Por último aqui, cabe enfatizar a educação escolar quilombola. Paulo Sérgio da Silva, em sua tese, trata dos movimentos relacionados com a construção da Diretriz Nacional para a Educação Escolar Quilombola aqui no Rio Grande do Sul. Aqui no Estado, Silva (2013), afirma que estes movimentos foram alavancados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A primeira, pelo Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, da Pró-Reitoria de Extensão; e a segunda, por meio da Faculdade de Educação (FAE). É destacado que geralmente quem atua nestes movimentos são servidores que trabalham em ações de extensão e universitária e projetos acadêmicos voltados para a educação antirracista em comunidades remanescentes de quilombos. A maioria destes participantes atua a partir de interesses coletivos e articulam uma consistente discussão sobre a temática das relações étnico-raciais e da educação nas comunidades remanescentes de quilombos, que por muitas vezes organizam seminários sobre a educação escolar quilombola.

Já Lopes (2012) fala de uma narrativa de reconhecimento da educação escolar quilombola. Faz menção ao Programa Brasil Quilombola, mas também traz o debate da educação quilombola e que este deve avançar em duas direções:

- a) Para a inclusão das singularidades históricas e sociais das comunidades, como o tema da diversidade cultural adotado pelo currículo, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);
- b) A discussão sobre a formulação de uma política educacional voltada para as escolas quilombolas, a exemplo do plano da educação indígena.

[...] quando se fala de educação para/com os quilombolas, trata-se de uma atenção diferenciada para as escolas públicas situadas em territórios quilombolas ou de uma proposta pedagógica para uma escola quilombola? A segunda visão diz respeito a recursos para os municípios que possuem presença quilombola, com o objetivo de melhorar as escolas situadas naquele local. A realidade concreta é que os alunos continuam enfrentando problemas de evasão, discriminação, repetência e outros fatores que os fazem desistir da escola. (LOPES, 2012, p. 98).

Tendo em vista os relatos orais, em nenhum momento as idosas, quanto os membros da Associação e quanto às adolescentes relataram a abordagem da temática da educação das relações étnico-raciais em suas escolas. As três idosas chegaram a mencionar, que: “Não

tivemos nada disso e nossas crianças continuam não tendo. No colégio não tinha nada”. A depoente G.F. (2015), menciona que a escola abordava “alguma coisa muito longe”. Já a dona S.X. (2015), destaca que “falam alguma coisa do Quilombo dos Palmares e só”. A maioria dos jovens do Areal da Baronesa frequentam escolas que se localizam próximas de suas casas, no Bairro Cidade Baixa e no Bairro Menino Deus. Referem-se às Escolas Parobé, Leopolda Barnewitz, Olintho de Oliveira, Rio de Janeiro, Emílio Massot e Protásio Alves. Quando perguntado se alguma vez, em suas escolas, foi abordado o conceito de comunidades remanescentes de quilombos, a resposta foi “nunca”. A proposta pedagógica pensada na afirmação de Lopes e que se encontra nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica ainda segue em caminhada para sua implementação de fato.

Mas pela sua análise, Lopes (2012), ressalta que o debate tende a avançar ainda mais para a inclusão das especificidades sociais e históricas com temas relativos à diversidade étnico-racial e para a formulação de uma política de educação em nível nacional voltada para essas comunidades, por meio das diretrizes curriculares quilombolas.

2.2 AS MEMÓRIAS PARA “ALÉM DO SAMBA”

Tentando responder à problemática desta pesquisa, a pergunta que pode estar sendo feita agora é do porquê utilizar “além do samba” no título acima. Se torna inevitável não fazer a relação do Areal da Baronesa com a história do carnaval¹⁵ de rua de Porto Alegre, pois o carnaval é tradicional na localidade. O Areal da Baronesa foi um dos primeiros e é um dos mais tradicionais blocos da cidade. E como disse a senhora G.F. que esta cultura é importante para “manter viva a história da comunidade”. O primeiro bloco de carnaval saiu do Areal da

¹⁵ Segundo o livro "Fragmentos Históricos do Carnaval de Porto Alegre", o carnaval de Porto Alegre surgiu nos bairros pobres como o "Areal da Baronesa" e "Colônia Africana". O primeiro assim chamado por ser na beira do rio (uma praia, posteriormente aterrada e onde hoje é a Praça Conego Marcelino) e que tem esse nome por antigamente pertencer a Baronesa (esposa do Barão de Gravataí), e o segundo pelo número de negros que ali fixou residência. Foi o local onde os escravos libertos passaram a morar após a abolição da escravatura. O Areal era um reduto totalmente carnavalesco, a partir dos anos 30 já existem notícias em jornais de grupos com nomes de "Ases do Samba", "Nós os Comandos", "Seresteiros do Luar", "Nós os Democratas", "Viemos de Madureira", "Tô com a vela", "Os Caetés" e mais recentemente, os "Imperadores do Samba", todos tiveram origem no Areal. Foi onde surgiu o Rei Negro (Seu Lelé), primeiro Rei Momo Negro da cidade, e os primeiros coretos populares de bairro. Informações extraídas da página Porto na Folia. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/portonafolia/historia>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

Baronesa, o primeiro Rei Momo negro também saiu da comunidade. Tem uma força muito grande esta cultura “que não vai se perder nunca, agora mais do que nunca, porque a gente está procurando renovar esta história” (Entrevista- G.F, 2015).

Mesmo com toda esta forte ligação com o carnaval, a chegada de uma Professora (já falecida), militante do Movimento Negro, trouxe uma nova visão para a comunidade e as idosas lembram dela com carinho. Nas palavras de G.F. “só não se apaixonava por ela quem não queria”. O nome dela era Maria Helena Vargas da Silveira¹⁶, professora natural do município de Pelotas e segundo as idosas, ela trouxe um novo projeto, sem nenhuma ligação com o governo, “trouxe, trouxe um projeto muito bacana. E outra coisa, esse projeto não era nada do governo, nada, nada, nada, era tudo da cabeça dela. E quem quisesse colaborar com alguma coisa dava, mas não tinha nada de cobrança” (Entrevista- S.X., 2015). O projeto era denominado Além do Samba, ou seja, “ela botou as crianças para pensarem além do samba, porque só pensavam no samba, no samba e no samba [...]. Como aqui é uma comunidade onde a maioria é negra, todo mundo pensava que a gente só pensava no samba, mas nós fazíamos coisas belíssimas [...]” (Entrevista- S.X. e G.F, 2015).

Podemos dizer que Maria Helena Vargas da Silveira trouxe uma nova visão para a comunidade, em que pesava a valorização da cultura negra e importância das redes de sociabilidades de se morar em comunidade, as marcas de presença negra, pois as mesmas afirmam que ninguém sabia que o espaço onde viviam era um Quilombo. A entrevistada G.F. afirma que “ninguém sabia que teve escravos, foi procurado né, teve que ser procurado, teve que ser pesquisado, pra fazer o processo do Quilombo”, já a senhora E.S. ressalta que “teve muita caminhada, muita, muita, pra achar alguma coisa referente à Baronesa, teve escavação”.

Mas as mesmas confirmam que até o início da década de 1990 nunca ouviram a expressão “comunidade remanescente de quilombos”. Elas não lembraram o ano ao certo que

¹⁶ Escritora negra, Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009) nasceu no Rio Grande do Sul, cidade de Pelotas. Ela estudou em escolas públicas de Pelotas e de Porto Alegre, da alfabetização ao ginásio (hoje, Ensino Fundamental Completo da 1ª à 8ª série). Ingressou no curso de Formação de Professores da Escola Normal Assis Brasil (escola pública, hoje, Instituto de Educação) em Pelotas-RS. Referência nacional na literatura do universo negro e pouco divulgada em sua cidade, a escritora pelotense é a autora que destaca a denúncia do preconceito racial tem posição central na obra da autora, que se destacou também como educadora e ativista voltada à valorização da cultura negra. Os 12 títulos publicados entre 1987 e 2008 contemplam, além da obra poética, romances, contos e crônicas. Iniciou curso de Pedagogia em Pelotas, na Faculdade Católica, mas transferiu-se para a UFRGS onde concluiu o Curso de Pedagogia e fez especialização em Supervisão Educacional na FAPA – POA. Trabalhou na Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A autora tem inúmeras publicações em coletâneas acerca do Mundo Negro e obras individuais que vão de Ensaios, Contos e Crônicas, como *O Encontro* (2000), até Poesias como *Meu Nome Pessoa* (1989). Em *As filhas das lavadeiras* (2002), são as filhas que contam as histórias das mães lavadeiras. Através dessas histórias, se podem notar as consequências da escravidão, do racismo e do sexismo no Brasil. “Poderia ser diferente, mas tomei os rumos que tem muito a ver com o legado de meus familiares; o trabalho, a escrita e a não aceitação das injustiças.” Informações disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys7/mariahelena.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

a escritora atuou com seu projeto na localidade, mas recordam que ela chegou antes da criação da Escola de Samba Integração do Areal da Baronesa¹⁷, isto é, aproximadamente antes do ano de 1994. As três idosas também destacaram que Maria Helena Vargas da Silveira também ensinou os primeiros artesanatos para o grupo. Vê-se que o trabalho da escritora estava em motivar estes grupos a se organizar e criar núcleos de sociabilidade, tendo como base a história da comunidade, a cultura e os laços identitários. Era um trabalho de incentivo às pessoas de se apropriar de informações que levariam as mesmas e os demais moradores a reivindicarem seus direitos e melhorarem suas condições de vida, bem como incentivava-os a se instruírem. A professora e escritora sabia da dificuldade de construção da identidade negra nos espaços formais de ensino, então a mesma procurava ir diretamente aos locais para vivenciar o espaço e criar oportunidades de práticas educativas que contemplassem o mundo negro.

A ausência desse debate no âmbito escolar contribui para a permanência do racismo, que têm reflexos, inclusive, na evasão escolar, problema agravante. As taxas de evasão escolar são bastante elevadas entre os alunos negros, que se encontram nos grupos de mais baixa renda e possuem as piores condições de vida. Outro reflexo do racismo, ainda presente na sociedade brasileira, é o alto índice de analfabetismo da população negra. (REIS, 2001, p. 148).

Assim, podemos dizer, que a escola deixa de cumprir a sua função de oferecer oportunidades iguais para todos e de contribuir para a formação de indivíduos que pensem, que questionem e que contribuam para a transformação dessa sociedade, que, afinal, os oprimem. Sem atribuir à escola maior influência de que ela possa ter na formação social brasileira, pode-se supor que a educação escolar, no Brasil, tem contribuído muito pouco para a efetiva discussão de questões referentes à população negra. Estando ciente disso, ainda no início da década de 1990, Maria Helena Vargas da Silveira se tornou um importante elemento que buscou através de seu trabalho dirigido abordar os processos de construção da identidade racial, sem perder de vista o contexto social.

As autoras Ferreira e Amado nos trazem outras concepções ao procurar se trabalhar com os relatos orais. Os relatos expõem sua riqueza e suas dificuldades, seus desafios e seus resultados.

¹⁷ A Academia de Samba Integração do Areal da Baronesa foi fundada em 26 de fevereiro de 1994. Era uma escola de samba de Porto Alegre e suas cores eram maravilha, branco, dourado e prata. Em 2003, a Escola solicitou o afastamento dos desfiles. Informação disponível na página Porto na Folia, em: <<https://sites.google.com/site/portonafolia/porto-alegre>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

Poucas áreas, atualmente, têm esclarecido melhor que a história oral o quanto a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão indissociavelmente interligadas, e demonstrado de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre resultado de uma elaboração: em resumo, que a **história é sempre construção**. Temos a certeza de que esta será uma contribuição de peso para os pesquisadores brasileiros. (FERREIRA; AMADO, 1996, p. xi, grifo nosso).

O que as autoras têm a contribuir aqui para esta pesquisa é que reforçam que o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou até mesmo elucidados de outra maneira.

[...] são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (FERREIRA; AMADO, 1996, p. xiv).

Portanto, a pesquisa com fontes orais apoiam-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas, que são legitimados como fonte, seja como “valor informativo ou valor simbólico”, como destacam as autoras, incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas.

3 MUSEU A CÉU ABERTO: EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE

Durante três meses, entre julho e setembro do ano de 2014 foram realizadas, juntos aos monitores selecionados para participar da 4ª etapa do Museu de Percurso do Negro¹⁸, aulas sobre história da identidade negra e da cultura afro-brasileira. As atividades tiveram como espaço a sede da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal. O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre é um projeto que busca visibilizar a comunidade afro-brasileira com a instalação de obras de arte em espaços públicos da cidade. Quanto à execução, esta se deu da seguinte forma:

O projeto se constitui através da colaboração de diversas entidades do movimento negro, reunidas pelo Centro de Referência Afro-brasileiro. A primeira etapa do Museu de Percurso do Negro, concluída no ano de 2011, foi realizada por diversas entidades, sob a coordenação gestora do Grupo de Trabalho Angola Janga. Nessa etapa o Museu fazia parte do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (MinC), executado com recursos da União, de estados e de municípios, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO. Na primeira etapa foram executadas as obras de arte Tambor e Pegada Africana. A terceira etapa foi protagonizada pela Congregação em Defesa das Religiões Afrobrasileiras - CEDRAB RS, e contou com recursos da Prefeitura de Porto Alegre para a execução da obra de arte Bará do Mercado. A realização da quarta etapa conta com recursos oriundos do Prêmio Funarte de Arte Negra / MinC-Seppir, e inclui a execução da obra de arte pública Painel Afrobrasileiro, além da formação de jovens monitores do Quilombo do Areal e o lançamento de um catálogo. (MUSEU de Percurso do Negro em Porto Alegre, c2014, on-line).

Desde os primeiros instantes percebeu-se a necessidade de interagir, de maneira dinâmica, com os meninos e as meninas que teriam a incumbência de orientar os visitantes, a fim de conhecer a presença negra na capital sul-rio-grandense, por meio do trajeto proposto pelo primeiro museu aberto de Porto Alegre. Os jovens monitores, mesmo sendo moradores

¹⁸ Sobre a formação: O desenvolvimento partiu de uma construção coletiva da comunidade negra local, onde sua falta de representatividade no patrimônio cultural remetia à invisibilidade social desta parcela da população. O projeto estabelece visualização e fruição de espaços marcantes para a etnia negra do ponto de vista da memória, da identidade e da cidadania, gerando percursos através da construção de obras públicas que referendam a passagem dos ancestrais por lugares territorializados pela comunidade negra na cidade de Porto Alegre. Paralelamente à construção das obras de arte públicas, a equipe do Museu mantém cursos de formação para jovens monitores, já tendo realizado duas edições, sendo a primeira na Escola de Saúde Pública em 2009 e a segunda no Quilombo do Areal em 2014. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com.br/>>.

de um território de resistência, o Areal da Baronesa¹⁹, reconhecido como um quilombo urbano, estavam distantes de seu pertencimento identitário, não como moradores de um espaço histórico propriamente dito, mas de uma identidade ativa, protagonista.

Portanto, esta situação gerou dois desafios: um primeiro relacionado ao fortalecimento da auto-estima destes jovens, e o segundo vinculado ao conhecimento deles sobre identidade negra. Identidade construída a longo dos séculos por meio das organizações negras, “[...] bem como pelas ações de homens e de mulheres, individualmente ou coletivamente, que, motivados contra os estigmas e os estereótipos advindos com os séculos de escravidão” (GOMES, 2015, p. 60). Estes mantiveram a resiliência na luta por dias melhores, propondo a afirmação de seu pertencimento cultural em uma sociedade historicamente desigual, fosse essa uma desigualdade étnica e social.

Entretanto, segundo Gomes (2015), compreendeu-se que essas atividades deveriam ser qualificadas e não superficiais em torno de um conhecimento totalizante ou insuflador da negritude exacerbada e particularizada. Mas sim de uma negritude política, com elementos para a compreensão da historicidade de ser negro em um mundo composto por tantos outros grupos étnicos. Neste sentido, optou-se por trabalhar conceitualmente termos como cultura, identidade, quilombo, africanidades, ações afirmativas, territorialidade, entre outros. O intuito era o de instrumentalizar estes jovens para exercerem as suas cidadanias, além de informar aos visitantes sobre territórios simbólicos das comunidades negras em Porto Alegre, representados nas obras do Bará do Mercado Público, do Tambor e da Pegada Africana da Rua da Praia, estes já monumentalizados²⁰ no percurso do Museu do Negro, bem como os

¹⁹ O Quilombo do Areal é um dos percursos ônibus do projeto “Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, conta com a parceria da Companhia Carris que cedeu o ônibus para andar pela cidade, o Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro (GPN), órgão responsável pela coordenação política, assim como a Empresa de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa). O percurso tem o objetivo de colocar em destaque as regiões da cidade que se constituíram, ao longo da história, em espaços de referência cultural da população afro-brasileira. Promove a visibilização, através de referências espaciais, das práticas culturais e dos modos de vida dos negros, desde a sua atuação como trabalhadores escravizados até os dias atuais, na sua caminhada pelo reconhecimento e afirmação no contexto social como grupo étnico com valores, princípios e importância notáveis e fundamentais na formação de uma Porto Alegre pluriétnica e multirracial. A principal influência do percurso nos territórios negros de Porto Alegre é um trajeto feito pelo professor, poeta e ativista negro Oliveira Silveira, falecido em janeiro de 2009. Oliveira foi um dos idealizadores do 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra. Ele fazia um roteiro no centro da cidade apontando a presença dos negros na história e no cenário Porto Alegrense. Informações disponíveis no Folder (distribuído aos estudantes que participam da saída do ônibus) e na página: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=18>. Acesso em: 22 nov. 2015.

²⁰ Ainda no ano de 2009, o Projeto Monumenta reuniu um grupo de artistas para representar esteticamente os percursos sociais, históricos e culturais criados, mantidos e preservados pelos africanos e descendentes negros na cidade. Os artistas participam das oficinas sobre a História e a Arte Africana, a cultura negra, a arte afro-brasileira ou negro-brasileira, para criar propostas artísticas, a fim de expressar uma estética através de marcos representativos. Na primeira etapa do projeto, os artistas tiveram como embasamento a pesquisa histórico-

demais aparelhos conjuntos, como o Largo da Força, a Igreja do Rosário, a Igreja das Dores e a lenda do escravizado Josino.

Como afirma E.X.R.:

Bom, nosso curso foi bem interessante para mim. Fiquei sabendo várias coisas que eu nem imaginava, mas existia. Adorei ter aula com o professor de História. É bem inteligente e “fala bonito”. A professora Elza é muito legal, e ela sabe das tuas necessidades. Adorei. Parabéns a todos os professores e colaboradores.

A jovem E.X.R. demonstra aqui a surpresa em aprender novos conteúdos. Inclusive, quando ela fala “ela sabe das tuas necessidades”, infere-se que sejam sobre conteúdos não abordados em sala de aula. Quando se fala em currículo, deve-se pensar que ele é um conjunto de experiências vivenciadas pelos alunos no âmbito da escola, e seu projeto pedagógico, “entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar”, é primordial para a garantia do direito a uma educação escolar quilombola com qualidade social. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 12). Porém, o estabelecido nas Diretrizes Nacionais Curriculares não condiz com a realidade das escolas em que frequentam estas estudantes. As “necessidades”, neste caso, podem estar relacionadas a tudo que ela gostaria de ter aprendido na escola, às referências de lugares com marca da presença negra, também pode estar relacionada sobre o que representa o lugar onde ela mora. E ao desenhar uma menina negra, como uma das atividades do curso, ela pode estar detalhando ali e produzindo sentidos que são expressos na sua identidade. E isso, certamente, influenciará na sua auto-estima.

Para Gomes (2015), as oficinas tiveram os seguintes objetivos:

- a) Despertar os participantes ao entendimento dos termos e conceitos utilizados à compreensão das relações étnico-raciais;
- b) Demonstrar as lutas históricas dos grupos e indivíduos negros para a afirmação da identidade negra e na busca pelos seus direitos;
- c) Explicar como ocorreu a vinda forçada dos africanos para o Rio Grande do Sul e abordar as influências dos povos africanos em nosso cotidiano, do passado à atualidade;

antropológica, realizada pelo antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior, somada aos saberes artísticos de matriz africana acerca das raízes históricas e da ancestralidade religiosa afrobrasileira por parte do grupo de artistas. Inicialmente foram desenvolvidas diversas oficinas de criação para a elaboração de propostas de marcos representativos da cultura negra, em Porto Alegre. Informações extraídas da página do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, de organização da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com.br/>>.

d) Demonstrar elementos dos territórios constitutivos do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.

Já a jovem J.E.A., afirma que:

Bom, achei o curso muito interessante, pois aprendi coisas que eu não fazia a mínima ideia que existia. Achei as aulas de História muito produtivas, apesar de muito cansativas. Aprendi muitas e muitas coisas essenciais para a minha vida. As aulas de Práticas Sociais foram muito divertidas, nós nos distraíamos bastante. As aulas de Artes foram as melhores, até porque gosto muito de desenhar e pintar, e lá fizemos muitas coisas legais, que incluíram também os lanches.

A J.E.A destaca todo um teor lúdico das atividades, mas também diz que aprendeu “muitas coisas essenciais” para a vida dela. É bom reforçar que a discussão sobre cultura e identidade está intimamente ligada à escola e a seu currículo, porém, neste caso, foi através de das aulas realizadas diretamente no Quilombo que cultura e identidade foram trabalhadas de forma lúdica e de forma as fazer refletirem sobre estes dois termos.

Pelo relato das jovens participantes, os resultados destas oficinas foram instigantes, já que a cada encontro assistia-se, nos olhos dos monitores e das monitoras, o brilho da descoberta, mediada por suas participações diretas, não como meros espectadores, mas como seres autônomos, a partir da participação pela palavra. E.X.R. era uma das jovens participantes da formação, que menciona como ter vivenciado esta atividade a fez perceber “várias coisas” que nem imaginava que existiam.

Elas destacam o quanto aprenderam com as oficinas. A M.L.C. gostou bastante também e fala:

Aprendi muito com as aulas. Tive muita informação sobre minha cultura que eu vou levar para a vida toda. Tinham coisas que eu tinha vergonha de fazer por eu ser negra, e com o curso comecei a me soltar mais. Não tenho vergonha de ir nos lugares que as pessoas ficavam me olhando. Adorei a aula de História, pois descobri demais sobre as histórias negras. Informações sem preconceitos hoje em dia são muito raras, e nessa época não deveria existir nenhum tipo de preconceito. A aula de História foi a que mais gostei, mas todas as aulas me acrescentaram um pouco de cultura na minha vida.

Quando pensamos que o projeto político-pedagógico da educação escolar quilombola, segundo as Diretrizes Nacionais, deve estar relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades, devemos pensar também nas “[...] práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de

estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002, p. 73). Ou seja, ali nestas atividades das oficinas elas puderam exercitar o eu, aprendendo sobre si, sobre sua própria história vendo que nestas atividades as práticas educativas contemplavam os laços identitários do povo negro e valorização de sua cultura.

A representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa [...]. A representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma imagem capaz de trazê-lo à memória e pintá-lo tal como é. (CHARTIER, 2002, p. 74).

Então, elas puderam partilhar do mesmo sentimento sobre as ideias construídas sobre educação: de poderem estudar sobre o povo negro, sem terem à sua volta olhares discriminatórios. Ao terem gostado, ao se sentirem satisfeitas, elas demonstram que tiveram a oportunidade de compreender o seu mundo social, com seus significados e, como já mencionado anteriormente, de “exibir uma maneira própria de estar no mundo”.

As oficinas buscaram despertar os participantes ao entendimento dos conceitos utilizados à compreensão das relações étnico-raciais²¹. É um espaço para além da escola que procura dar contornos que se ajustem a indivíduos, desejos, conteúdos, como está no propósito da educação não-formal (PARK, 2005).

Estes conteúdos que focam nas relações étnico-raciais não são vivenciados por esses jovens na escola de educação básica. Isto é uma realidade. Pelo menos na escola onde estas adolescentes estudam estes conteúdos não são abordados. Sabe-se que muitas iniciativas em abordar estes conteúdos partem, principalmente, do professor. Estes jovens que frequentam a educação básica acabam por vivenciar atividades com enfoques na educação quilombola em sua própria comunidade, através de atividades como está das Oficinas do Museu de Percurso

²¹ De acordo com as Leis:

- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2004.

- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

do Negro de Porto Alegre. Aqui cabe uma reflexão no que se relaciona à educação não-formal. Como afirma Abib (2005, p. 390),

A educação, como parte deste fenômeno, também atravessa uma profunda crise, pois, sem entrar no mérito dos equívocos produzidos por políticas educacionais implementadas ao longo de várias décadas neste país, não consegue acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, nem perceber as demandas sociais decorrentes dessas mudanças, não dando conta, portanto, de garantir uma formação crítica, integral, qualificada e universalizada ao conjunto de milhões de brasileiros, cuja maior parte está alijada deste direito fundamental, garantindo em inúmeros tratados, estatutos, declarações e leis, funcionando porém apenas como letra fria sobre o papel.

O autor ressalta, no entanto, que a crise constatada sobretudo em âmbito institucional produz, por outro lado, uma série de iniciativas que buscam alternativas pedagógicas construídas com base em experiências em diversos campos de atuação e que têm viabilizado inúmeras propostas de intervenção político-pedagógica junto, principalmente, às camadas populares, que na grande maioria é excluída do acesso a uma educação de qualidade.

O que se nota é que as depoentes perceberam as práticas educativas como necessárias e também houve o encantamento, pois se estabeleceu um diálogo pedagógico necessário junto a esta comunidade remanescente de quilombo, e um diálogo onde se contemplou o vivenciado, na busca dos modos através dos quais, homens, mulheres e crianças se eduquem na totalidade das vivências que os constituem. Ao escutar o outro, se interpretou o outro, ou seja, focou-se no “[...] interpretar a cultura do outro à luz do visto, do escutado, do silenciado, do empírico, da teoria, do mensurável e, também, daquilo que é aprendido pelos nossos sentidos” (NUNES, 2006, p. 349). A percepção das meninas foi positiva quanto à formação e sentimentos foram aflorados por meio da relação delas com sua própria história.

Mas, por fim, ressalta-se que os conceitos não foram somente teorizados, até porque estes adolescentes estão no início ou no meio de suas formações básicas, mas sim, foram utilizados para refletir sobre acontecimentos corriqueiros de seus cotidianos, embasados nas relações sociais de suas escolas e em sua comunidade. Com isso, as vivências dos participantes eram transformadas em conteúdos qualificados para o entendimento dos conceitos, “[...] obviamente, em um mundo globalizado e informatizado, mas que, infelizmente, persistem os problemas contra grupos historicamente marginalizados” (GOMES, 2015, p. 62).

Tem-se a convicção de que todos os participantes desta oficina compreenderam as informações e as dinâmicas propostas. Constituindo, assim, outras ferramentas de saber às

suas percepções de serem afro-descendentes conscientes de seu passado e sujeitos ávidos de agir em seu presente para qualificarem os seus futuros, para assim assumir e reproduzir o protagonismo da história de sua comunidade. Toda vez que se fala em reparação, discriminação e preconceito, a questão racial nunca é vista enquanto especificidade ou com prioridade de ser tratada. A valorização e exaltação dos patrimônios afro-brasileiros através de uma educação patrimonial acabaram por desempenhar uma importante função, que a escola regular não consegue desempenhar.

Retomando desde o início, onde se destacou que o conceito de memória é de extrema importância para a construção da identidade quilombola, que devemos sempre ressaltar, quando relacionado à educação quilombola, que não basta saber, ensinar, aprender, é preciso uma prática que não seja dissociada da teoria e na qual também sejam unificadas casa e escola, ensino e aprendizagem, palavra e ação, oralidade e escrita e memória e experiência. Dessa forma, podemos dizer aqui que as jovens se reconheceram enquanto quilombola, pois se viam, como a maioria das outras crianças e adolescentes negras que não moram em um Quilombo, à margem, e automaticamente identificavam a sua origem racial, a sua cor de pele, com o que há de mais doloroso: sofrer discriminação.

Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ser aprendido constitutivo da sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 23).

Como já mencionado por Chartier, há práticas que visam reconhecer a identidade social de diferentes grupos, que visam mostrar o seu estar no mundo, no mundo social, no mundo como representação. E este mundo se concretiza através das relações entre uma educação quilombola, em sua dimensão não-formal também, reconfigurando as representações sobre a identidade negra, que visem as palavras: direito, cidadania, dignidade, resistência, liberdade, luta, igualdade, empoderamento, emancipação e respeito. Todas palavras que conduzem para características de uma estudante de uma comunidade quilombola, a fim de que seja possível identificar-se com o lugar na qual ela habita.

4 CONCLUSÃO

Chartier coloca que a noção de representação pode ser compreendida a partir do funcionamento da sua sociedade ou pela definição das operações intelectual que lhes permitem aprender o mundo, que tem por objetivo a construção do mundo social. Como o autor coloca, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas pela compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua “concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17). Dessa forma, a noção de representação está intimamente ligada em como os diferentes grupos concebem o mundo, a nível da história cultural.

Quando o primeiro questionamento sobre educação foi feito aos moradores do Quilombo, a resposta foi logo direcionada à questão do trabalho. Muitas delas tiveram que interromper seus estudos para se dedicar ao trabalho, ou a atividades ligadas ao cuidar da casa. Mas em nenhum momento isso foi tomado como negativo por parte delas. O retorno aos estudos veio na fase adulta, embora a maioria não tenha concluído o ensino médio. O trabalho e a educação escolar se intercalam no mesmo nível de importância na vida destes adultos. A noção de casa, de cuidar bem dela, a noção de fazer um prato bem feito tem uma representatividade da vida dessas pessoas, mas isso, em nenhum momento interferiu na vida de suas filhas e netos, pois estes tiveram e ainda têm o incentivo para permanência na escola.

Ao mesmo tempo, teve outros elementos que incidiram ali, na comunidade quilombola. Elementos que como a organização de um Clube de Mães na comunidade, chamado Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, com forte atuação da Fundação Pão dos Pobres, ligada a religiosos voluntários. Também há a inserção de uma presença militante, na figura da professora e escritora negra Maria Helena Vargas da Silveira. Pelo que podemos perceber, estes elementos, tanto na figura institucional quanto humana, trouxeram outras possibilidades de transformação da comunidade, transformações que perpassam as dimensões da educação formal, sendo estas: de organização, de instrução, e de empoderamento e fortalecimento da identidade.

Por outro lado, nos dias atuais, tivemos os jovens da comunidade sendo preparados como oficineiros no projeto do Museu de Percurso do Negro, que valoriza a arte e memória das ruas de Porto Alegre, reforçando que a cultura de uma sociedade gira em torno de sua capacidade de transmitir valores, de promover a produção e certa dose de apropriação coletiva de bens culturais.

Dessa forma, as várias transformações a que nos referimos acima, são resultados de uma educação não-formal, estabelecida em virtude das necessidades de propostas sociais voltadas a suprir a ausência de práticas educativas pelo sistema formal de educação.

Além disso, a educação quilombola, em sua dimensão não-formal, propõe o atendimento àqueles que a escola regular tem dificuldade de integrar no seu cotidiano. Como exemplo, podemos citar a ausência de conteúdos referentes às temáticas previstas em legislação, que contemplem a educação das relações étnico-raciais e, principalmente, a implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.

Portanto, retomando a problemática desse estudo, concluiu-se que a educação quilombola, principalmente em sua dimensão não-formal, contribuiu para o resgate e reconfiguração das representações sobre identidade negra. A educação também esteve intimamente ligada na construção da memória dos remanescentes de quilombos, permitindo o avanço de muitas questões. E muitas vezes, estas questões estão relacionadas a uma determinada realidade social e de como esta é construída e pensada. Além disso, deve-se levar em consideração que o momento social e atual da escola, como uma das representantes da educação formal, ainda não responde às demandas previstas em legislação específica no que tange à educação das relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola.

A partir das fontes e conceitos utilizados, é preciso entender este trabalho como um exercício de pesquisa, em que se pode verificar como os registros de memórias dos depoentes estão alinhados com os projetos de educação realizados atualmente em percorrer os territórios negros em Porto Alegre.

É preciso entender que a década de 1980 a ação de um Clube de Mães, que envolveu mães e filhos propondo atividades educacionais, foi ao encontro da inserção de um importante elemento do movimento negro na comunidade, que, por sua vez, por trabalhar e incentivar a independência daquela comunidade como protagonista de sua própria história, resultou no empoderamento e fortalecimento da identidade, sendo os jovens, os responsáveis por darem continuidade à valorização de sua história e da identidade negra na comunidade quilombola do Areal.

REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Capoeira angola, memória e resistência: pressupostos de um projeto político-pedagógico. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: CMU Publicações, 2005.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (Org.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios negros residenciais e interacionais: quilombos, vilas e bairros residenciais rurais e urbanos. In: BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SABALLA, Viviane Adriana (Org.). **Procedimentos didático-pedagógicos aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 101-120.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDEZ, Érico Pinheiro; VILARINO, Maria da Graça de Andrade; GOMES, Rodrigo de Aguiar. História oral: outras possibilidades para o ensino de História. In: CORSETTI, Berenice et al. (Org.). **Ensino de História**: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: Anpuh-RS; FAPERGS, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. xii-xxv.

GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas: CMU Publicações, 2005.

GOMES, Arilson dos Santos. As oficinas de História e Cultura Afro-Brasileira do 4º do Museu de Percurso do Negro. In: MUSEU de Percurso do Negro em Porto Alegre: Etapa IV – Painel Afrobrasileiro. Porto Alegre: Grupo de Trabalho Angola Janga/Ministério da Cultura/SEPPPIR, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista – século XIX**. Rio de Janeiro: Alameda, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Porto Alegre: Autêntica, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Dilmar Luiz. **“Rodas de conversa” e educação escolar quilombola: arte do falar saber fazer o Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS**. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a Avenida Luís Guarânia e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindualdade.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MUSEU de Percurso do Negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Angola Janga/Funarte/Seppir, c2014. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com.br/>>.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, Maria Luiza de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (Org.). **Dimensões da inclusão no ensino médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secad, 2006. p. 343-360. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/dimensoes_inclusao_quilombola.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: CMU Publicações, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Jeanice Dias; VARGAS, Pedro Rubens Nei Ferreira; SOUZA, Vinicius Vieira de (Org.). **Museu do Percorso Negro em Porto Alegre**: etapa IV. Porto Alegre: Grupo de Trabalho Angola Janga, 2015.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Org.). **Identidade negra**: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2001. p. 143-157.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola**. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOMMER, Michelle Farias. **Territorialidade negra**: a herança africana em Porto Alegre: uma abordagem sócio-espacial. Porto Alegre: Michelle Farias Sommer/Fumproarte/Secretaria Municipal da Cultura, 2011.

**APÊNDICE A –
Questões para entrevista semi-estruturada**

**A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DE CINCO MORADORES DO
QUILOMBO DO AREAL DA BARONESA ENTRE A DÉCADA DE 1980 ATÉ OS
DIAS ATUAIS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Caro entrevistado (a),

Venho por meio deste convidar-lhe para responder a estas questões que fazem parte de uma pesquisa para o desenvolvimento de meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre educação quilombola. Sua contribuição será muito importante para o desenvolvimento deste estudo.

Seu nome permanecerá no anonimato.

- 1) Quais lembranças você tem da Escola ou do aprendizado obtido em casa?
- 2) Quando foi que você percebeu que morava em um Quilombo? De que forma você soube?
- 3) Você conheceu algum projeto de educação, etc? Como ele começou?

Obrigada pela participação!

APÊNDICE B – Diário de Campo
Observação Participante

Nome do evento	Festa das Crianças do Areal
Data do Evento	11 de outubro de 2015
Endereço	- Quilombo do Areal- Av. Luis Guaranha, s/n, Bairro Menino Deus, Porto Alegre - Lar de Acolhimento Sabiá 3- Av. Otto Niemeyer, , Bairro Cavalhada, Porto Alegre
Organizador	Areal do Futuro – Bateria de escola mirim
Quantidades de pessoas envolvidas	- Mestre de Bateria do Areal do Futuro - 4 senhoras idosas que são as que ficam responsável pela venda de lanches. - 3 integrantes da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal. - 20 componentes, entre crianças e adolescentes, da Bateria Mirim.
Descrição do evento	- A atividade, a princípio, estava marcada para a data de 12 de outubro de 2015, uma segunda-feira, a partir das 12h. Em torno de 11 atrações musicais estavam confirmadas, além da bateria mirim do Areal do Futuro. No dia anterior, através da página do “Areal Futuro” da rede social Facebook, surgiu a informação que a atividade estaria cancelada devido às chuvas que atingiram Porto Alegre naquele final de semana. Quem também me passou essa informação foi a jovem moradora, J.E.A., mas também me disse que ocorreria uma atividade mais voltada apenas para as crianças da comunidade. Então, me dirigi para o Quilombo apenas a atividade de observação, sem antes deixar de informar o grupo de idosas. - Quando há uma festa, as idosas da Comunidade preparam alimentos salgados para a venda aos participantes que chegam ao evento. Como o evento foi cancelado, elas cancelaram esta atividade, mas prepararam um grande almoço para o dia 12

	<p>de outubro mesmo mais voltado apenas para as crianças da comunidade.</p> <p>- Neste meio tempo, do dia 11 de outubro de 2015, domingo, fui informada que as crianças participantes da bateria mirim de Carnaval Areal do Futuro iriam para uma Festa do Dia das Crianças do Lar Sabiá 3, que é uma casa de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ligada à Fundação de Assistência e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Também fui participar desta Festa e as crianças do Areal foram fazer essa apresentação no Lar, interagindo com os moradores deste.</p> <p>- Antes de ir para a Festa do Dia das Crianças do Lar Sabiá pude conversar com as 3 jovens adolescentes (E.X.R, J.E.A. e M.L.C.) que participaram da formação de oficinairos do projeto Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, em 2014, que puderam me passar suas breves impressões a respeito desta formação.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------